

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.411.633 - RN (2018/0323389-3)

AGRAVANTE : MARIA LUCIA DA SILVA DIAS
ADVOGADO : LINDOCASTRO NOGUEIRA DE MORAIS E OUTRO(S) -
RN003904
AGRAVADO : MUNICIPIO DE APODI
ADVOGADO : EVANDRO DE FREITAS PRAXEDES E OUTRO(S) -
RN004772

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MARIA LUCIA DA SILVA DIAS contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, Maria Lúcia da Silva Dias ajuizou ação ordinária com valor da causa atribuído em R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), em julho de 2014, objetivando a condenação do Município de Apodi/RN ao pagamento de cinco horas extras semanais, com o respectivo adicional, no quantitativo de cinquenta por cento do valor da hora normal, nos termos do art. 70 da Lei Municipal nº 269/1996.

Após sentença que julgou improcedente o pedido inicial, foi interposta apelação, que teve seu provimento negado pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE, ficando consignado que não há qualquer descumprimento da lei que rege a matéria por parte do reclamado do cumprimento de horas, tanto em razão do determinado pela lei infranconstitucional quanto da Lei Municipal nº 585/09.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO ORDINÁRIA. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. ALEGAÇÃO DA PARTE AUTORA DA NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS. REJEIÇÃO. INCIDÊNCIA DO ART. 131 DO CPC/1973. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. MÉRITO. PISO NACIONAL E JORNADA DE TRABALHO DO MAGISTÉRIO (LEI DE Nº 11.738/08). MUNICÍPIO DE APODI/RN. PRETENSÃO DE PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS. IMPOSSIBILIDADE. PRESERVAÇÃO DE EXERCÍCIO DA JORNADA DE TRABALHO SEMANAIS EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ARTIGO 2º, § 4º DA MENCIONADA NORMA FEDERAL. PRECEITO OBSERVADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 585/2009. SENTENÇA EM HARMONIA COM OS DISPOSITIVOS LEGAIS E ENTENDIMENTO DESTA CORTE DE JUSTIÇA. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA.

Não foram opostos embargos de declaração.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, MARIA LUCIA DA SILVA DIAS interpôs recurso especial, apontando violação do art. 2º, § 4º, da Lei nº 11.738/08.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base no Enunciado nº 7 da Súmula do STJ e no Enunciado nº 280 da Súmula do STF, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

O Ministério Público Federal não ofereceu parecer.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

O Tribunal *a quo*, para decidir a controvérsia, interpretou legislação local, *in casu*, a Lei Municipal nº 585/2009, o que implica a inviabilidade do recurso especial, aplicando-se, por analogia, o teor do Enunciado n. 280 da Súmula do STF, que assim dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário."

Nesse diapasão, confirmam-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO-BASE DE TELEFONIA. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL. LEI MUNICIPAL 13.756/04 E DECRETO MUNICIPAL 44.944/04. MATÉRIA DE DIREITO LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 26/08/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisão publicada na vigência do CPC/73.

II. Segundo consta do acórdão recorrido, a "Prefeitura Municipal de São Paulo propôs ação demolitória, em face da Tim Celular S/A, perante o Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, objetivando a remoção da estação de rádio base instalada irregularmente, em razão de o equipamento estar em funcionamento sem prévio licenciamento urbanístico". O Tribunal de origem manteve a sentença de procedência.

III. A questão controvertida nos autos foi solucionada, pelo Tribunal de origem, com fundamento em leis locais (Lei municipal 13.756/04 e Decreto municipal 44.944/04). Assim, torna-se inviável, em Recurso Especial, o exame da matéria nele inserida, diante da incidência, por analogia, da Súmula 280 do STF, que dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário". Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp n. 709.574/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 14/9/2015; REsp n. 1.455.034/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 6/4/2015.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 970.011/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 18/5/2017, DJe 24/5/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. REAJUSTES REMUNERATÓRIOS. LEIS MUNICIPAIS. INCIDÊNCIA. MATÉRIA LOCAL. SÚMULA 280/STF.

1. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.217.076/SP, representativo de controvérsia repetitiva, firmou o entendimento de que "A discussão, na fase de liquidação, a respeito dos supervenientes reajustes concedidos pela legislação municipal (Lei 12.397/97) e seus reflexos no cálculo do percentual devido e no cumprimento da condenação imposta envolve exclusivamente interpretação e aplicação de direito local, insuscetível de reexame por recurso especial. Aplicação, por analogia, da Súmula 280 do STF" (Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe 14/10/11).

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg nos EDcl no AREsp n. 4.111/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 14/10/2014, DJe 12/11/2014.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Com fundamento no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro a condenação da verba honorária fixada pela origem em 1 ponto percentual, sopesado, para a definição do *quantum* ora aplicado, o trabalho adicional realizado pelos advogados, cuja condenação ficará suspensa por ser a parte autora beneficiária da Justiça Gratuita, com fulcro no art. 98, § 3º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator